

Capítulo 7

O PROCESSO DA DESTRUIÇÃO CRIADORA

PODEREMOS USAR de duas maneiras as teorias da concorrência monopolista e oligopolista e suas variações populares para explicar a opinião de que a realidade capitalista é desfavorável ao rendimento máximo da produção. Pode existir quem diga que isso sempre ocorreu e que a produção continuou a expandir-se a despeito da sabotagem secular perpetrada pela burguesia dominante. Os defensores dessa opinião teriam de apresentar provas de que a média observável de crescimento pode ser explicada por uma seqüência de circunstâncias favoráveis, sem nenhuma relação com o mecanismo do empreendimento privado, e bastante forte para vencer-lhe a resistência. Será justamente esta a questão que discutiremos no Capítulo IX. Nada obstante, os que esposam essa variante pelo menos evitam o trabalho de explicar os fatos históricos, de que não podem fugir os advogados da tese contrária, que asseveram que a realidade tendeu certa vez a favorecer o rendimento produtivo máximo, ou, em todo caso, rendimento produtivo tão considerável a ponto de constituir importante fator em qualquer estudo sério do sistema, mas que o alastramento posterior da estrutura monopolista, matando a concorrência, inverteu agora essa tendência.

Em primeiro lugar, essa tese implica a criação de uma imaginária idade de ouro de concorrência perfeita que, em dado momento, se metamorfoseou na era monopolista, quando é evidente que a concorrência perfeita jamais foi mais real do que é atualmente. Em segundo, é necessário observar que a média de crescimento da produção não decresceu a partir de 1890, data a partir da qual se deve contar a prevalência dos grandes empreendimentos ou, pelo menos, da indústria **(104)** manufatureira, segundo supomos. Nada existe nas estatísticas da produção total a partir dessa época que sugira uma *interrupção da tendência* e, sobretudo, que o padrão-de-vida moderno das massas tenha melhorado durante o período da *grande empresa* relativamente livre de peias. Se observamos as diversas despesas arroladas no orçamento do trabalhador moderno e, a partir de 1899, acompanhamos a evolução dos preços, não em termos de dinheiro, mas em termos das horas de trabalho com que ele compra os artigos de que necessita — isto é, os preços monetários de cada ano divididos pelo valor do salário-hora de

cada ano — não podemos deixar de surpreender-nos com o tipo de progresso que, considerando ainda a melhoria espetacular da qualidade, parece ter sido sempre maior e nunca menor do que antes. Se nós, economistas, fôssemos dados menos ao pensamento esperançoso e mais à observação dos fatos, duvidaríamos imediatamente dos méritos reais de uma teoria que nos teria levado a esperar resultado muito diferente. Mas não é somente isso. Logo que descemos aos detalhes; e procuramos verificar em que itens isolados do orçamento foi maior o progresso, a pista não nos conduz às portas das firmas que funcionam em condições de concorrência comparativamente livre, mas exatamente aos portões das grandes empresas — as quais, como no caso da maquinaria agrícola, explicam grande parte do progresso observado no setor da concorrência — surgindo a suspeita chocante de que a grande empresa contribuiu mais para a criação desse nível de vida do que para reduzi-lo.

As conclusões a que aludimos na parte final do capítulo anterior são, na verdade, quase inteiramente falsas. Nada obstante, elas se fundamentam em observações e teoremas que são quase inteiramente verdadeiros*. (** Na verdade, essas observações e teoremas não são inteiramente satisfatórios. As explicações usuais da doutrina da concorrência imperfeita falham sobretudo em não dar a devida atenção aos muitos e importantes casos nos quais a concorrência imperfeita, mesmo no caso da teoria estática, aproxima-se dos resultados da concorrência perfeita. Há outros casos em que isso não ocorre, mas oferece compensações que, embora não entrando em qualquer índice de produção, contribuem para que, em última análise, se espere que um índice de preços realize, isto é, os casos em que uma firma defende seu mercado, estabelecendo, por exemplo, uma reputação de serviço e qualidade. Não obstante, para simplificar a questão, não contestaremos essa teoria no seu próprio campo de ação.*) Mais uma vez, economistas e escritores populares deixaram-se empolgar por fragmentos da realidade que conseguiram apreender. Na maioria dos casos, tais fragmentos foram observados corretamente, assim como corretamente reconhecidas suas propriedades formais. Mas nenhuma conclusão sobre a realidade capitalista, como **(105)** um todo, pode ser baseada em tais análises fragmentárias. Mas se nelas nos baseamos, podemos acertar apenas por acaso. Isso já se fez, mas em nenhum caso surgiu o tal feliz acaso.

O ponto essencial que se deve ter em conta é que, ao tratar do capitalismo, tratamos também de um processo evolutivo. Parece estranho que alguém possa deixar de reconhecer fato tão evidente que, além disso, há muito tempo foi salientado por KARL MARX. Apesar disso, a análise fragmentária que produz a maior parte dos nossos conceitos a respeito do funcionamento do capitalismo moderno a negligencia persistentemente. Convém, pois, voltar a estudar este ponto e verificar que importância tem para o nosso problema.

O capitalismo é, por natureza, uma forma ou método de transformação econômica e não, apenas, reveste caráter estacionário, pois jamais poderia tê-lo. Não se deve esse caráter evolutivo do processo capitalista apenas ao fato de que a vida econômica transcorre em um meio natural e social que se modifica e que, em virtude dessa mesma transformação, altera a situação econômica. Esse fato é importante e essas transformações (guerras, revoluções e assim por diante) produzem freqüentemente transformações industriais, embora não constituam seu móvel principal. Tampouco esse caráter evolutivo se deve a um aumento quase automático da população e do capital, nem às variações do sistema monetário, do qual se pode dizer exatamente o mesmo que se aplica ao processo capitalista. O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista.

Como vimos no capítulo anterior, os itens do orçamento do operário, digamos de 1760 a 1940, não cresceram de maneira simples ao longo de linhas invariáveis, mas sofreram também um processo de transformação qualitativa. Similarmente, a história da aparelhagem produtiva de uma fazenda típica, desde os princípios da racionalização da rotação das colheitas, da lavra e da engorda do gado até a agricultura mecanizada dos nossos dias — juntamente com os silos e as estradas-de-ferro — é uma história de revoluções, como o é a história da indústria de ferro e aço, desde o forno de carvão vegetal até os tipos que hoje conhecemos, a história da produção da eletricidade, da roda acionada pela água à instalação moderna, ou a história dos meios de transporte, que se estende da antiga carruagem ao avião que hoje corta os céus. A abertura de novos mercados, estrangeiros e domésticos, e a organização da produção, da oficina do artesão a firmas, como a U.S. Steel, servem de exemplo do mesmo processo **(106)** de mutação industrial — se é que podemos usar esse termo biológico — que revoluciona incessantemente * a estrutura econômica a partir de *dentro*, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos NOVOS. (*Essas revoluções não são permanentes, num sentido estrito; ocorrem em explosões discretas, separadas por períodos de calma relativa. O processo, como um todo, no entanto, jamais pára, no sentido de que há sempre uma revolução ou absorção dos resultados da revolução, ambos formando o que é conhecido como ciclos econômicos.) Este processo de destruição criadora é básico para se entender o capitalismo. É dele que se constitui o capitalismo e a ele deve se adaptar toda a empresa capitalista para sobreviver. Esse fato afeta o nosso problema de duas maneiras diferentes.

Em primeiro lugar, uma vez que estamos tratando de um processo cujos elementos necessitam de tempo considerável para surgirem nas suas formas verdadeiras e efeitos definitivos, de nada adianta estudar o rendimento desse processo *ex visu* de determinada época. Devemos estudá-lo através de um período longo de tempo, que se desenrole por décadas ou séculos. Um sistema qualquer — econômico ou não — que em algum período de tempo utiliza ao máximo as suas possibilidades pode, à proporção que o tempo passa, revelar-se inferior a um outro que *não* alcança em nenhum momento esses resultados, pois a incapacidade deste pode consistir em um nível ou ímpeto de um rendimento a longo prazo.

Em segundo, já que estudamos um processo orgânico, a análise do que acontece a qualquer das suas partes isoladas — digamos, numa firma ou indústria particular — pode, na verdade, esclarecer certos detalhes do mecanismo, mas não propiciar conclusões de ordem geral. Todos os exemplos de estratégia econômica adquirem a sua verdadeira significação apenas em relação a esse processo e dentro da situação por ele criada. Necessitam ser observados no papel que desempenham na tempestade eterna da destruição criadora, pois não podem ser compreendidos independentes deste processo ou baseados na hipótese de que há uma calmaria perene.

Mas é precisamente essa a hipótese adotada por economistas que, *ex visu* de um determinado período de tempo, procuram exemplos no comportamento da indústria oligopolista — que consiste de umas poucas firmas — e observam as conhecidas marchas e contramarchas em que ela vive e que nada parecem visar senão altos preços e restrições da produção. Aceitara os dados de uma situação passageira como se não houvesse passado ou futuro, e acreditam ter compreendido o cerne da questão interpretando o comportamento dessas firmas mediante a aplicação do princípio do lucro máximo a (107) esses dados. As dissertações habituais dos teóricos e o relatório governamental comum praticamente nunca tentam entender esse comportamento como consequência de determinada época da História e de esforço para enfrentar uma situação que tudo indica que mudará, ou seja, como uma tentativa dessas empresas de firmar-se em um terreno que lhe foge sob os pés. Em outras palavras, o problema usualmente estudado é o da maneira como o capitalismo administra a estrutura existente, ao passo que o problema crucial é saber como ele as cria e destrói. Enquanto isso não for reconhecido, o trabalho de pesquisa resulta inútil. Mas, uma vez que se o admite, o ponto-de-vista sobre a prática capitalista e suas consequências sociais modificam-se de maneira

pronunciada. (* Deve-se compreender que essa modificação de ponto-de-vista afeta apenas o estudo do rendimento econômico e não o nosso julgamento moral. Devido à sua natureza, a aprovação ou desaprovação moral é inteiramente independente dos resultados sociais (ou o que forem), a menos que adotemos um sistema moral, da mesma maneira que o utilitarismo, que faz depender *ex definitione* essa aprovação ou desaprovação.)

O primeiro conceito que se descarta é o tradicional *modus operandi* da concorrência. Os economistas emergem, por fim, de uma fase em que se preocupavam apenas com a concorrência dos preços. Tão logo a concorrência de qualidade e o esforço de venda são admitidos no recinto sagrado da teoria, o fator variável do preço é apeado da sua posição dominante. Nada obstante, é ainda a concorrência, dentro de um conjunto rígido de condições invariáveis, métodos de produção e particularmente de formas de organização industrial, que continua praticamente a monopolizar-lhes a atenção. Mas, na realidade capitalista e não na descrição contida nos manuais, o que conta não é esse tipo de concorrência, mas a concorrência de novas mercadorias, novas técnicas, novas fontes de suprimento, novo tipo de organização (a unidade de controle na maior escala possível, por exemplo) — a concorrência que determina uma superioridade decisiva no custo ou na qualidade e que fere não a margem de lucros e a produção de firmas existentes, mas seus alicerces e a própria existência. Tal tipo de concorrência é muito mais eficaz do que o outro, da mesma maneira que é mais eficiente bombardear uma porta do que arrombá-la, e, de fato, tão mais importante que se torna indiferente, no sentido ordinário, se a concorrência faz sentir seus efeitos mais ou menos rapidamente. De qualquer maneira, a poderosa alavanca que, a longo prazo, expande a produção e reduz os preços é constituída de outro material. **(108)**

Difícilmente seria necessário observar aqui que a concorrência a que nos vimos referindo atua não somente quando está presente, mas também quando constitui apenas ameaça constante. O homem de negócios sente-se cercado pela concorrência mesmo quando está sozinho no seu campo ou, quando não está, ocupa tal posição que nenhum perito governamental poderá descobrir uma concorrência eficaz entre ele e outras pessoas do mesmo ramo ou de ramos afins, e que se vê forçado a concluir, durante o trabalho de investigação, que as reclamações competitivas só são pura fantasia. Em muitos casos, embora não em todos, essa pressão forçará a longo prazo um comportamento muito semelhante ao que seria induzido por um sistema de concorrência perfeita.

Muitos teóricos adotam ponto-de-vista oposto, que explicariamos melhor dando um exemplo. Suponhamos que há certo número de retalhistas em determinado lugar que tentam melhorar a posição, em relação uns aos outros, mediante esforços para servir bem e criar uma *atmosfera*, mas que evitam a concorrência de preços, observando, quanto aos métodos, as condições locais — enfim, um quadro de rotina estagnante. À medida que outros se estabelecem, observa-se que o relativo equilíbrio é perturbado, mas de maneira que em nada beneficia os consumidores. Tendo reduzido o espaço econômico em torno de cada loja, os proprietários não poderão ganhar mais o suficiente para viver v. tentarão resolver a situação por um acordo tácito para aumentar os preços. Tal providência reduzirá ainda mais suas vendas, surgindo, dessa maneira, por estrangulamento progressivo, uma situação em que para um mercado cada vez maior os preços serão sempre mais altos e nunca mais baixos, e as vendas mais baixas e nunca mais altas.

Na verdade, tais fatos ocorrem e é justo e conveniente que os analisemos. Mas, como o indicam os exemplos práticos citados usualmente, são casos extremos que serão encontrados sobretudo nos setores menos parecidos com o que é mais característico da atividade capitalista*.

(Esse caso extremo é também previsto em um teorema que encontramos freqüentemente em explicações da teoria da concorrência imperfeita, isto é, de que, em condições de concorrência imperfeita, as empresas comerciais e industriais tendem a ser irracionalmente pequenas. E uma vez que a concorrência imperfeita é ao mesmo tempo considerada uma das principais características da indústria moderna, ficamos a nos perguntar em que mundo vivem esses teóricos, a menos que, como dito acima, os casos extremos sejam tudo aquilo em que pensam.)* Ademais, são passageiros por natureza. No caso do

comércio retalhista, a concorrência que importa não é a trazida por um número maior de lojas do mesmo ramo, mas pela loja de departamentos, a (109) cadeia de lojas, as casas de vendas pelo reembolso postal e os supermercados que, cedo ou tarde, eliminarão essa situação. *(* A simples ameaça dessa eventualidade não pode exercer uma influência disciplinadora sobre os preços nas condições pessoais e ambientais em que vivem os pequenos comerciantes retalhistas, pois o retalhista está demasiadamente limitado por sua estrutura de custos e, por melhor que consiga produzir em seus limites sufocantes, jamais pode adaptar-se aos métodos dos concorrentes que podem vender aos preços em que ele compra.)* A construção teórica que ignora esse elemento essencial do caso ignora também o que ele tem de mais tipicamente capitalista. Ainda que correta em lógica e em fatos, lembraria o *Hamlet*, sem o príncipe dinamarquês.